

Autopass S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balanço patrimonial	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

RELATÓRIO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA DA AUTOPASS

INTRODUÇÃO À OPERAÇÃO CORE DA AUTOPASS: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas e Stakeholders,

Com uma visão estratégica que transcende a operação convencional, a Autopass reafirma e consolida seu posicionamento como a maior empresa de bilhetagem full service provider da América Latina. Nossa atuação não se limita à emissão de bilhetes; dedicamo-nos a ser o motor da evolução da mobilidade urbana, orquestrando e facilitando, com maestria, o acesso ao transporte público para milhões de usuários. Através de um ecossistema verdadeiramente integrado e disruptivo, a Autopass concebe e entrega soluções completas, que abrangem desde a interface inicial de emissão e venda de bilhetes até um atendimento ao cliente de excelência, empregando tecnologia de ponta e inovação contínua para assegurar eficiência inquestionável, segurança intransigente e conveniência incomparável em todas as etapas da jornada do passageiro. Nossa estratégia é transformar o ato de viajar em uma experiência fluida e inteligente, reafirmando nosso compromisso inegociável com a excelência operacional e o propósito de conectar pessoas aos seus destinos.

NÚCLEO DA OPERAÇÃO: TRANSAÇÕES DE TRANSPORTE

O volume de transações de transporte constitui o alicerce estratégico e a essência da operação da Autopass. A cada validação de um cartão ou bilhete, que serve a mais de 3.5 milhões de clientes ativos, em uma vasta gama de modais de transporte integrados, a Companhia não apenas garante o processamento ágil, preciso e seguro da transação, mas solidifica a confiança de nossos usuários e operadores. A infraestrutura tecnológica robusta e resiliente, que suporta este colossal volume de operações, é o pilar que garante a otimização do fluxo de

passageiros nos sistemas de transporte público das cidades em que atuamos, contribuindo decisivamente para a fluidez urbana e a qualidade de vida.

INOVAÇÃO EM BILHETES: QR CODE

A introdução e contínuo aprimoramento da emissão de bilhetes do tipo QR Code simbolizam um avanço estratégico e disruptivo na modernização da bilhetagem eletrônica. Esta tecnologia de ponta capacita os usuários a adquirir e utilizar seus bilhetes de forma totalmente digital, diretamente por meio de seus dispositivos móveis, eliminando a dependência de cartões físicos e agilizando exponencialmente o processo de embarque. A Autopass tem investido proativamente na expansão e no aprimoramento sistêmico deste modelo, visando não apenas ampliar sua acessibilidade universal, mas também consolidar uma confiabilidade inabalável, alinhando-se à nossa visão de digitalização plena da mobilidade.

VOLUME DE VENDAS: BILHETES

O volume de transações de vendas de todas as aplicações de transporte superou a impressionante marca de R\$ 3 bilhões de reais. Este número não é meramente um indicador financeiro; ele reflete a confiança irrestrita dos usuários nas soluções inovadoras que oferecemos e a abrangência estratégica de nossa rede de distribuição. Para além disso, essa performance demonstra inequivocamente que toda a estrutura de backoffice da Companhia é projetada e capaz de suportar volumes equivalentes aos sistemas de varejo mais exigentes, reafirmando nosso compromisso contínuo em investir em tecnologias de ponta. Este investimento transcende a esfera tecnológica, posicionando-se como um pilar essencial para sustentar um direito social tão fundamental quanto o direito de ir e vir dos usuários do sistema de transporte público, ao mesmo tempo em que a Companhia se dedica a otimizar seus canais de venda para proporcionar a melhor experiência de compra para todos os perfis de passageiros.

CANAIS DE ATENDIMENTO: UMA ABORDAGEM MULTICANAL ESTRATÉGICA

A Autopass, impulsionada por uma cultura de centralidade no cliente, reconhece a imperatividade de estar presente nos canais de comunicação preferidos por seus usuários. Nesse sentido, a Companhia implementa uma abordagem omnichannel robusta, investindo em uma ampla gama de canais de atendimento, cada um meticulosamente projetado para atender às necessidades específicas, variadas e dinâmicas dos usuários, garantindo acessibilidade e conveniência em todas as interações.

WHATSAPP

O atendimento via WhatsApp personifica a conveniência e agilidade da era digital, permitindo que os passageiros obtenham suporte e soluções de forma rápida, eficiente e contextualizada, diretamente de seus smartphones. Este canal demonstrou sua eficácia ao registrar um volume de R\$ 97 milhões de reais em venda de créditos eletrônicos de transporte, com mais de 10,2 milhões de vendas e mais de 2,1 milhões de atendimentos realizados de forma totalmente automatizada através de inteligência artificial. Esta performance sublinha nosso compromisso com a inovação, com a otimização da experiência do cliente e a capacidade de escalar o atendimento sem comprometer a qualidade.

MÁQUINAS DE AUTOATENDIMENTO

Estrategicamente localizadas em pontos de grande circulação e com uma capilaridade impressionante de cerca de 750 máquinas espalhadas por todo o sistema metropolitano de transporte, como estações de trem e metrô, as máquinas de autoatendimento proporcionam aos usuários a autonomia e conveniência de adquirir seus bilhetes e recarregar seus cartões de forma autônoma, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana (ou durante o período de acesso das estações). Este

sistema não só facilitou vendas que superaram R\$ 545 milhões em créditos de transporte, mas também atesta a resiliência e abrangência de nossa infraestrutura física de atendimento.

REDE DE VENDAS CREDENCIADA

A Autopass mantém uma extensa e estrategicamente distribuída rede de estabelecimentos comerciais credenciados, incluindo farmácias, bancas de jornal e mercados. Esta capilaridade é essencial para a inclusão e praticidade, garantindo que os usuários do sistema público de transporte possam adquirir seus créditos com a menor distância de deslocamento possível, otimizando sua rotina e o acesso ao transporte. Este modal contribuiu com a marca de R\$ 82 milhões de reais comercializados, demonstrando a sinergia entre o físico e o digital na nossa estratégia.

APLICATIVO MOBILE TOP O aplicativo TOP representa a experiência completa e integrada de bilhetagem eletrônica, consolidando-se como um hub digital para o passageiro. Ele permite aos usuários comprar bilhetes, recarregar cartões, utilizar seus bilhetes QR Code diretamente de seus smartphones e, crucialmente, fornece informações relevantes sobre horários, itinerários e tarifas. Sólido e cada vez mais inserido na rotina de nossos clientes, o TOP hoje responde por aproximadamente 14% do total de créditos comercializados em todo o sistema, o que o posiciona como o principal vetor e o melhor caminho para o processo de digitalização integral de toda a cadeia de transporte. Com uma marca de 1,3 milhões de acessos distintos mensais (ou 140 mil acessos distintos por dia) para consultas, compras e acesso a outros conteúdos de interesse, o TOP é um testemunho da nossa capacidade de inovação e de engajamento digital.

QUALIDADE DO ATENDIMENTO

A Autopass está intrinsecamente comprometida em assegurar a excelência incondicional do atendimento em todos os seus canais. Para tanto, a Companhia investe substancialmente em programas contínuos de treinamento e capacitação de seus colaboradores, complementados pelo uso estratégico de tecnologias avançadas de monitoramento e análise de dados. Esta abordagem multifacetada nos permite identificar proativamente oportunidades de melhoria contínua e inovação no serviço, garantindo a máxima satisfação de nossos clientes e reforçando nossa cultura de responsabilidade e centralidade no usuário.

EXPANSÃO DA AUTOPASS NO SEGMENTO DE BILHETAGEM E MOBILIDADE: RUMO A UM FUTURO INTEGRADO

A Autopass, ciente de seu papel estratégico e transformador no ecossistema de mobilidade urbana, estabeleceu como meta prioritária a expansão assertiva e qualificada de sua atuação no segmento de bilhetagem e soluções de mobilidade. Ao longo do exercício de 2025, a administração da empresa direcionou todos os esforços e investimentos necessários para concretizar essa visão ambiciosa, buscando consolidar sua posição como líder incontestável e referência de mercado, como exemplificado pela expansão da operação de bilhetagem eletrônica para Belém-PA e sua região metropolitana, um projeto que servirá como blueprint para futuras expansões.

Um dos pilares inegociáveis da estratégia de expansão da Autopass foi o investimento maciço e inteligente em infraestrutura tecnológica. Reconhecendo que a inovação é o vetor fundamental para atender às demandas de um mercado em constante e rápida evolução, a empresa priorizou a modernização sistêmica, a adoção antecipada de novas tecnologias e o desenvolvimento contínuo de soluções

disruptivas que redefinem o paradigma da mobilidade. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se:

Atualização das plataformas de bilhetagem: A Autopass investiu significativamente na modernização e otimização de suas plataformas de bilhetagem, tornando-as intrinsecamente mais eficientes, seguras e escaláveis. Essa atualização estratégica não só permitiu à empresa suportar um volume crescente e exponencial de transações, mas também garantiu a segurança intransigente dos dados dos usuários e proporcionou uma experiência de pagamento ainda mais fluida, intuitiva e resiliente, preparando a infraestrutura para os desafios futuros.

Expansão e implementação da rede de aceitação de cartões contactless (EMV): A Autopass deu um passo estratégico e vanguardista no avanço tecnológico do transporte público metropolitano ao expandir substancialmente a aceitação de seu produto EMV, permitindo que cartões contactless (débito, crédito e pré-pago) sejam utilizados de forma integrada nos sistemas de transporte. Este investimento estratégico e visionário não apenas moderniza o transporte coletivo, mas também representa um marco decisivo rumo à digitalização e bancarização dos serviços prestados. A introdução e ampliação do uso de cartões EMV reforça o compromisso inabalável da Autopass em oferecer soluções inovadoras, garantindo uma experiência de viagem mais fluida, conveniente e universal para milhões de usuários, ao mesmo tempo em que contribui exponencialmente para a eficiência operacional e a redução de custos do sistema de transporte. Ao adotar a tecnologia EMV, os usuários usufruem da praticidade e segurança inerentes de pagar suas tarifas com um simples toque, eliminando a necessidade de manusear dinheiro em espécie. Esta iniciativa não apenas aprimora a conveniência, mas fortalece significativamente a segurança de todo o sistema, uma vez que promove transações protegidas, auditáveis e confiáveis, minimizando os riscos associados ao manuseio de numerário e ao uso de cartões tradicionais. Com esta expansão, o produto EMV não só transforma a maneira como os passageiros interagem com o transporte público, mas posiciona a Autopass na vanguarda do inovador e essencial processo de

digitalização das cidades, atuando como um catalisador para cidades mais inteligentes e conectadas.

Benefícios das Modificações:

Linguagem Formal e Estratégica: Uso de termos como "motor da evolução", "ecossistema disruptivo", "excelência inquestionável", "compromisso inegociável", "alicerce estratégico", "confiança irrestrita", "avanço disruptivo", "autonomia e conveniência", "sinergia entre físico e digital", "hub digital", "catalisador", entre outros.

Conexão com Missão, Visão e Valores: Implícita ou explicitamente, cada solução é vinculada à visão de liderança, à cultura de inovação, responsabilidade, centralidade no cliente, eficiência e segurança.

Qualificação de Impacto: Em vez de apenas descrever a funcionalidade, o texto enfatiza o porquê da solução, seu impacto estratégico, operacional e social (ex: "motor da evolução", "pilar para sustentar o direito de ir e vir", "otimização da experiência", "alavanca digital").

Destaque à Inovação e Tecnologia de Ponta: Reforça o investimento e o pioneirismo da Autopass na adoção e desenvolvimento de novas tecnologias.

Foco na Segurança: A segurança é destacada não apenas como funcionalidade, mas como um valor intrínseco e uma entrega da robustez da infraestrutura.

Por fim, a administração da Autopass agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e stakeholders que contribuíram para o sucesso da Companhia em 2025 e renova seu compromisso de continuar trabalhando em prol de um futuro mais conectado, eficiente e sustentável para a mobilidade urbana.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Autopass S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Concentração das operações

Conforme mencionado na Nota explicativa 1, a Companhia celebrou um contrato com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) pelo prazo de 20 anos. As receitas provenientes do contrato com a ABASP representam, em 31 de dezembro de 2025, 73% do total das receitas da Companhia (73% em 31 de dezembro de 2024).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

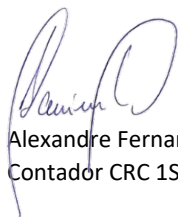
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Fernandes do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

Autopass S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.254	47.230
Caixa restrito	16.1	34.284	6.960
Contas a receber	6	55.785	38.549
Impostos a recuperar	8	10.881	9.158
Outros créditos	7	47.249	25.336
Despesas antecipadas		368	318
Total ativo circulante		182.821	127.551
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	27	11.117	14.023
Propriedade para investimento	10	2.870	2.870
Outros créditos	7	29	26
Outros investimentos		85.219	2.500
Imobilizado	11	48.076	54.439
Intangível	12	117.982	88.904
Total ativo não circulante		265.293	162.762
Total do ativo		448.114	290.313
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	13	5.014	29.303
Fornecedores	14	16.991	26.984
Obrigações tributárias e trabalhistas	15	7.287	6.926
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	214.705	24.098
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	3.167
Arrendamentos	17	8.223	6.979
Adiantamento de clientes	18	3.458	3.458
Outras contas a pagar	19	7	259
Total do passivo circulante		255.685	101.174
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	5.509
Arrendamentos	17	18.898	23.527
Adiantamento de clientes	18	15.551	19.009
Outras contas a pagar	19	70.391	52.965
Provisão para contingências	20	160	299
		105.000	101.309
Patrimônio líquido			
Capital social	21.a	59.779	59.779
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.a	13.400	13.400
Reserva legal	21.b	6.673	6.658
Reserva de lucros	21.d	29.730	30.146
Reserva de lucros não realizada	21.e	2.213	2.213
Outras reservas	21.f	(24.366)	(24.366)
		87.429	87.830
Total do passivo e patrimônio líquido		448.114	290.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de vendas	23	268.239	262.284
Custos dos serviços prestados	24	(140.315)	(161.685)
Lucro bruto		127.924	100.599
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(57.884)	(46.566)
Despesas comerciais	24	(10.741)	(13.924)
Outras despesas	25	(24.992)	(21.518)
Outras receitas	25	944	94
		(92.673)	(81.914)
Lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos		35.251	18.685
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	26	(46.466)	(14.131)
Receitas financeiras	26	14.412	4.411
Resultado financeiro líquido		(32.054)	(9.720)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(4)
Lucro antes de impostos de renda e da contribuição social		3.197	8.961
(-) Imposto de renda e contribuição social - correntes	27	-	-
(-) Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27	(2.906)	2.250
		(2.906)	2.250
Lucro do exercício		291	11.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro do exercício	291	11.211
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>291</u>	<u>11.211</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Reserva de Lucros			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) Acumulados	Outras Reservas	Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros					Reserva de lucros não realizados
Saldo em 31 de dezembro de 2023		59.779	6.098	26.080	2.213	-	-	(24.366)	69.804
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	11.211	-	11.211
Reserva legal		-	560	-	-	-	(560)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.a	-	-	-	-	13.400	-	-	13.400
Distribuição de Dividendos	21.d	-	-	-	-	-	(6.585)	-	(6.585)
Destinação para reserva de lucros		-	-	4.066	-	-	(4.066)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		59.779	6.658	30.146	2.213	13.400	-	(24.366)	87.830
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	291	-	291
Reserva legal		-	15	-	-	-	(15)	-	-
Distribuição de Dividendos	21.d	-	-	(416)	-	-	(276)	-	(692)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		59.779	6.673	29.730	2.213	13.400	-	(24.366)	87.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		291	11.211
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	24	24.460	43.197
Ganho (perda) sobre baixas de ativo imobilizado		(103)	36
Baixa de ativos intangíveis		-	300
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais		(139)	(456)
Variação monetária, encargos financeiros e juros		34.945	8.443
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		4.400	4.812
Encerramentos antecipados de contratos de arrendamento		-	(610)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		2.906	(2.250)
Outras transações		17.426	19.694
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(17.236)	(18.022)
Impostos a recuperar		(1.723)	(2.026)
Outros créditos e despesas antecipadas		(21.966)	(20.416)
Fornecedores		(9.993)	2.281
Obrigações tributárias e trabalhistas		361	1.039
Bilhetagem eletrônica		(24.289)	(15.182)
Adiantamento de clientes		(3.458)	(3.459)
Outras contas a pagar		(251)	(53)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Juros e encargos financeiros pagos	16	(27.165)	(10.688)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(43.436)	(43.234)
Outros investimentos		(82.719)	(1.250)
Caixa usado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento e Aumento de capital social		-	13.400
Antecipação e pagamento de dividendos		(3.859)	(7.431)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	16	(196.155)	(27.169)
Investimentos em caixa restrito		(27.324)	7.591
Pagamentos de arrendamento mercantil	17	(7.022)	(6.628)
Empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	16	369.073	-
Caixa usado nas atividades de financiamentos			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		47.230	94.100
No fim do exercício	5	34.254	47.230
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			
(12.976)			
(46.870)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Autopass S.A. (“Autopass” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua cel. Joaquim Ferreira Lobo, 253, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilhetagem, com a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

O sistema de bilhetagem da Companhia atende o Consórcio Metropolitano de Transportes (“CMT”), a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP, em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, além de operações municipais espalhadas pelo Estado de São Paulo, bem como tem ampla rede de vendas, entre as 3 maiores, credenciada junto a São Paulo Transportes S.A. (“SPtrans”), para comercialização e validação dos créditos do tipo Bilhete Único.

Decorrente deste novo contrato celebrado com a ABASP em abril de 2020, nasce o Projeto TOP, dividido em 2 fases. A primeira fase cuidou de substituir os bilhetes edmonson pelos bilhetes unitários do tipo QRcode. A segunda fase cuidou de substituir os cartões BOM para o cartão múltiplo TOP, dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização no sistema de bilhetagem e acesso a serviços financeiros, para além de outros benefícios, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito.

Além disso, passamos a atender o município e a região metropolitana de Belém, no Estado do Pará, por meio da Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON/PA) em benefícios de suas associadas pelo prazo de 15 anos e da Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN), abrangendo os serviços de implantação, suporte, manutenção, operação e administração do Sistema de Bilhetagem.

A Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$72.864, o que indica que, no curto prazo, o passivo circulante supera o ativo circulante.

No entanto, esse cenário não reflete um problema de liquidez estrutural. Ele é explicado, principalmente, pela captação de uma dívida relevante de curto prazo voltada à expansão das operações da Companhia. Essa estratégia implica um aumento das obrigações de curto prazo antes da materialização dos benefícios econômicos esperados. Ou seja, os recursos foram direcionados para investimentos que ainda estão em fase de maturação.

A Companhia já está em processo de reestruturação do perfil da dívida, com a contratação de financiamento de longo prazo prevista até julho de 2026. Essa readequação permitirá o alongamento do passivo, reduzindo a pressão sobre o curto prazo.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

3 Principais práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida ao serviço prestado para seus clientes, conforme obrigação de desempenho acordada entre Companhia e seus clientes.

As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.

As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados à clientes, são apropriadas no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte.

As receitas de taxas de emissão de primeira e segunda via de cartão e as taxas de entrega em domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
(a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica)	Receita referente contratos estabelecidos com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP), Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), e com Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON/PA), e Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN) no qual a Companhia recebe um % sobre o total transportado, com pagamento antecipado. A Companhia tem firmado contrato com a City Transporte para fazer a gestão da bilhetagem no município do Guarujá, no entanto com pagamento fixo mensalmente após a prestação do serviço.	Receita apropriada ao resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte, exceto no contrato com o cliente City Transportes, onde o valor da remuneração é fixo pela gestão da bilhetagem.
(b) Serviços de venda de créditos de passagens eletrônicas	Receita de taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas. Os pedidos são realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte, mediante os pagamentos dos boletos pelos clientes.	Receita é apropriada ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.
(c) Serviços de Intermediação	Receita de comissão sobre a venda de crédito “Bilhete Único”, no qual a Autopass é Credenciada.	Receita apropriada ao resultado através do total vendido mensalmente, aplicando as taxas acordadas entre a Companhia e o cliente.
(d) Prestação de serviços de emissão da 1ª e 2ª via de cartões eletrônicos e taxa de entrega	A operação de taxa 2ª via, refere-se a cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda ou furto. O pagamento ocorre na forma a vista no momento da emissão do cartão. A operação de 1ª via refere-se a cobrança ao cliente pela emissão do cartão nos pontos de atendimento.	Receita apropriada ao resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.
(e) Licença software de bilhetagem eletrônica e sublocação de hardware	Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.	Receita apropriada ao resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

3.2 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Em dezembro de 2024, a Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto as aplicações financeiras, pois são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

a.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente – outros passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de cash flow hedge. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

- Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

a.3 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são

avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

3.4 Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando a Companhia identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5

3.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Taxas de amortização

Os ativos intangíveis foram amortizados à taxa anual, como segue:

Ativo intangível	Vidas úteis estimadas	
	2025	2024
Licenças de Software	5	5
Projetos desenvolvidos internamente	3 a 10	3 a 5

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são

descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por imóvel (unidades) construído mantido para futuras negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo.

3.8 Bilhetagem eletrônica – vendas de créditos

Através de rede de vendas, própria e terceirizada, a Companhia efetua a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica apresentadas nas demonstrações financeiras referem-se a saldos a pagar (repasses) e a receber decorrente da comercialização dos produtos oferecidos no sistema de bilhetagem eletrônica pelas empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de rede de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida as despesas com vendas na demonstração de resultado.

Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a 7 (sete) dias úteis.

3.9 Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais

identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 - meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.11 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12 Benefícios à empregados

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e, remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.14 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para os exercícios findos em 2025 e 2024, não foram apurados tais tributos a pagar.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam

disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

3.15 Tributos sobre prestações de serviços

Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação.

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS-QN por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

3.16 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 e aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7

A alteração às normas CPC 48 – Instrumentos Financeiros (equivalente à IFRS 9 – Financial Instruments) e à CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente à IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures) tem como objetivo melhorar a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis. As mudanças buscam aumentar a transparência e a consistência na forma como as empresas classificam e divulgam instrumentos financeiros, especialmente em relação a:

- Ativos financeiros
- Passivos financeiros
- Critérios de mensuração
- Evidenciação nas demonstrações financeiras

Essas alterações ajudam os usuários das demonstrações (investidores, analistas e reguladores) a entender melhor os riscos financeiros e a forma como os instrumentos são avaliados.

b) Contracts Referencing Nature-dependent Electricity”, que modifica a IFRS 9 – Financial Instruments e a IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures.

A alteração tem como objetivo esclarecer o tratamento contábil de contratos de compra e venda de eletricidade cuja produção depende de fatores naturais, como energia eólica ou solar, além de incluir requisitos adicionais de divulgação relacionados a esses contratos. A norma terá aplicação obrigatória para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração avaliou os impactos da referida alteração e concluiu que não são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não possui contratos dessa natureza em suas operações.

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 11 e 17 - Ativo de direito de uso (Arrendamentos) – Definição do período de arrendamento.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado** – Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado, bem como do valor recuperável dos ativos.
- **Nota Explicativa nº 12 - Intangível** – Determinação da vida útil para amortização dos softwares e projetos, bem como do valor recuperável dos ativos.
- **Nota explicativa nº 20 – Provisão para contingências** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa nº 27 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2025	2024
Caixa e banco	1.556	40.746
Aplicações financeiras (a)	32.698	6.484
Total	34.254	47.230

- (a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Durante o exercício de 2025 as aplicações renderam em média 92% do CDI (153% do CDI em 2024). Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.

6 Contas a receber

	Notas	2025	2024
Serviços de bilhetagem eletrônica	(a)	24.085	15.719
Vendas em terminais eletrônicos (ATM's)	(b)	11.307	9.186
Vendas EMV	(b)	17.864	7.668
Rede de vendas e outros canais	(b)	1.545	3.431
Venda de Licença de Uso de Software	(c)	897	2.460
Contas a receber com partes relacionadas	(d)	87	85
		55.785	38.549

- (a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.
- (b) Vendas com obrigação de repasse dos produtos TOP, PRA JÁ, bilhete único e QR Code. As vendas são efetivadas por nossa rede de vendas, canais físicos e/ou digitais. EMV é um canal físico que possibilita aos clientes a utilização do transporte através da tecnologia EMV, ou seja, aproximando seu cartão bancário, débito e/ou crédito, na catraca da CPTM, Metrô ou Ônibus da região metropolitana.
- (c) Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.
- (d) Transações referem-se a saldos a receber de Operadoras Municipais de transporte, conforme contratos firmados entre as partes, pela gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass.

Considerando os saldos registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, visto que os títulos a receber vencidos são de clientes considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de créditos. Os recebíveis com obrigação de repasse possuem em média recebimento em D+2.

7 Outros créditos

	2025	2024
Adiantamentos à fornecedores	13.289	11.071
Debênture a Receber (a)	27.360	-
Estoque de cartões	3.206	543
Mútuo a receber	-	13.573
Outros créditos	3.423	175
	47.278	25.362
Circulante	47.249	25.336
Não circulante	29	26

- (a) Em 19 de março de 2025 A Autopass realizou a aquisição de debênture emitida pela **CBD Bilhete Digital S.A.**, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da emissora realizada em 21 de novembro de 2025, com efeitos retroativos a 19 de março de 2025. O Valor total da debênture foi de R\$ 71.197 com previsão de juros remuneratórios de 100% do CDI + spread fixo de 4,29%. Em setembro de 2025, a CBD liquidou R\$ 44.000 de principal. Reconhecimento no resultado de R\$ 8.678 de juros referente ao período e pagamento de R\$ 8.516.

8 Impostos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda e contribuição social faturamento	5.721	4.934
Imposto de renda - Aplicações financeiras	614	2.103
Saldo Negativo CSLL	2.277	2.115
PIS e COFINS	2.258	3
Outros tributos	11	3
	<u>10.881</u>	<u>9.158</u>

9 Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a receber conforme abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber operadoras transporte intermunicipal (a)	6	87	85
Serviços de bilhetagem eletrônica (a)	6	325	1.828
Mútuo a receber	7	-	13.573
Mondopass S.A.	7	438	28
Mondo Holding S.A.	7	17	17
		<u>867</u>	<u>15.531</u>

- (a) Valores a receber do cliente CMT e Operadoras referente a prestação de serviços referente as utilizações do produto BOM. Esses clientes são considerados parte relacionada por pertencerem ao mesmo acionista do Grupo Mondopass.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado:		
Receita de Serviços operadoras transporte intermunicipal	2	13
Receita de serviços de bilhetagem eletrônica (b)	1.967	2.372
	<u>1.969</u>	<u>2.385</u>

- (b) Valores a receber do cliente CMT referente a prestação de serviços referente as utilizações do produto BOM. Esse cliente é considerado parte relacionada por pertencer ao mesmo acionista do Grupo Mondopass.

Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, benefícios e dividendos fixos no montante de R\$ 3.154 e R\$ 8.629, respectivamente.

10 Propriedades para investimento

A Companhia recebeu unidades comerciais como pagamento pela venda de um terreno de sua propriedade em dezembro de 2018. Essas unidades foram inicialmente registradas pelo seu valor justo na data da aquisição, no montante de R\$ 2.870, e posteriormente mensuradas pelo modelo de custo. No exercício de 2025, uma avaliação realizada por especialistas imobiliários externos e independentes determinou que o valor justo atual das propriedades para investimento está acima do valor contábil.

11. Imobilizado

<i>Descrição</i>	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	1.901	(672)	1.229	1.899	(542)	1.357
Instalações	845	(830)	15	845	(793)	52
Máquinas e equipamentos	35.099	(14.042)	21.057	35.069	(10.778)	24.291
Equipamentos de informática	10.514	(7.299)	3.215	8.041	(6.453)	1.588
Benfeitorias em bens de terceiros	464	(463)	1	464	(461)	3
Imobilizado em andamento	141	-	141	141	-	141
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	17.534	(3.521)	14.013	17.157	(1.743)	15.414
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	22.548	(14.143)	8.405	19.289	(7.696)	11.593
	<u>89.046</u>	<u>(40.970)</u>	<u>48.076</u>	<u>82.905</u>	<u>(28.466)</u>	<u>54.439</u>

<i>Descrição</i>	31/12/2024			31/12/2023			Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	
Móveis e utensílios	1.899	3	(1)	1.901	733	1.198	1.899
Instalações	845	-	-	845	836	9	845
Máquinas e equipamentos	35.069	30	-	35.099	35.054	21	35.069
Equipamentos de informática	8.041	2.473	-	10.514	7.595	455	8.041
Benfeitorias em bens de terceiros	464	-	-	464	464	-	464
Imobilizado em andamento	141	-	-	141	162	-	141
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	17.157	874	(497)	17.534	4.334	17.157	17.157
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	19.289	5.470	(2.211)	22.548	17.053	7.586	19.289
	<u>82.905</u>	<u>8.850</u>	<u>(2.709)</u>	<u>89.046</u>	<u>66.231</u>	<u>26.426</u>	<u>82.905</u>

<u>Depreciação do ativo imobilizado</u>	Saldo em			Saldo em	Saldo em			Saldo em
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Móveis e utensílios	(542)	(130)	-	(672)	(467)	(99)	24	(542)
Instalações	(793)	(37)	-	(830)	(716)	(77)	-	(793)
Máquinas e equipamentos	(10.778)	(3.264)	-	(14.042)	(7.589)	(3.192)	3	(10.778)
Equipamentos de informática	(6.453)	(846)	-	(7.299)	(5.884)	(574)	5	(6.453)
Benfeitorias em bens de terceiros	(461)	(2)	-	(463)	(460)	(1)	-	(461)
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	(1.743)	(1.778)	-	(3.521)	(2.745)	(2.104)	3.106	(1.743)
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	(7.696)	(6.551)	104	(14.143)	(4.071)	(6.638)	3.013	(7.696)
	<u>(28.466)</u>	<u>(12.608)</u>	<u>104</u>	<u>(40.970)</u>	<u>(21.932)</u>	<u>(12.685)</u>	<u>6.151</u>	<u>(28.466)</u>
Imobilizado líquido	<u>54.439</u>	<u>(3.758)</u>	<u>(2.605)</u>	<u>48.076</u>	<u>44.299</u>	<u>13.741</u>	<u>(3.601)</u>	<u>54.439</u>

12 Intangível

<i>Descrição</i>	Amortização			Líquido		
	Custo	acumulada	31/12/2025	Custo	acumulada	31/12/2024
Licença de uso de software	23.585	(18.475)	5.110	17.715	(12.006)	5.709
Softwares desenvolvidos internamente (a)	202.587	(89.715)	112.872	167.527	(84.332)	83.195
	<u>226.172</u>	<u>(108.190)</u>	<u>117.982</u>	<u>185.242</u>	<u>(96.338)</u>	<u>88.904</u>

Descrição	Saldo em			Saldo em			Saldo em		
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	
Licença de uso de software	17.715	5.870	-	23.585	11.505	6.570	(360)	17.715	
Softwares desenvolvidos internamente (a)	167.527	35.060	-	202.587	132.546	34.981	-	167.527	
	<u>185.242</u>	<u>40.930</u>	<u>-</u>	<u>226.172</u>	<u>144.051</u>	<u>41.551</u>	<u>(360)</u>	<u>185.242</u>	

Descrição	Saldo em			Saldo em			Saldo em		
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	
Amortização de licença de uso de software	(12.006)	(6.469)	-	(18.475)	(8.795)	(3.271)	60	(12.006)	
Amortizações softwares des. internamente	(84.332)	(5.383)	-	(89.715)	(57.092)	(27.240)	-	(84.332)	
	<u>(96.338)</u>	<u>(11.852)</u>	<u>-</u>	<u>(108.190)</u>	<u>(65.887)</u>	<u>(30.511)</u>	<u>60</u>	<u>(96.338)</u>	
Intangível líquido	<u>88.904</u>	<u>29.078</u>	<u>-</u>	<u>117.982</u>	<u>78.164</u>	<u>11.040</u>	<u>(300)</u>	<u>88.904</u>	

- (a) Os principais softwares desenvolvidos internamente referem-se a desenvolvimento de softwares de integração do sistema de bilhetagem eletrônica. O desenvolvimento do SBE (sistema de bilhetagem eletrônica) da Autopass foi concluído em julho de 2025 e nomeado internamente de Orbi (anteriormente 822/811). O desenvolvimento foi avaliado com vida útil de 10 anos e reconhecido no resultado de 2025 R\$ 4.120 de amortização.

13 Bilhetagem eletrônica

	2025	2024
Saldo de bilhetagem eletrônica com ABASP	1.599	26.112
Saldo de bilhetagem eletrônica com SPTrans	1.395	877
Saldo de bilhetagem eletrônica com City	1.710	2.271
Saldo de bilhetagem eletrônica com Arcon	301	-
Saldo de bilhetagem eletrônica com Itacard	9	43
	<u>5.014</u>	<u>29.303</u>

14 Fornecedores

	2025	2024
Infraestrutura e tecnologia da informação	4.572	5.196
Serviços	10.753	19.186
Insumos na prestação de serviços	412	361
Publicações e marketing	83	994
Aluguéis a pagar	1.068	1.108
Serviços de transportes	103	139
	<u>16.991</u>	<u>26.984</u>

15 Obrigações tributárias e trabalhistas

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social retidos	357	648
Imposto sobre serviços - ISS	555	522
PIS e COFINS	-	987
Outros tributos a recolher	569	314
Obrigações tributárias	<u>1.481</u>	<u>2.471</u>
Provisão para férias	1.189	1.899
INSS	662	1.011
FGTS	213	324
Participação nos lucros ou resultados	3.742	1.221
Obrigações trabalhistas	<u>5.806</u>	<u>4.455</u>
	<u>7.287</u>	<u>6.926</u>

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Durante o exercício de 2025, a Companhia contratou os seguintes empréstimos: a) junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 100 milhões, com prazo de 12 meses e vencimento em 13 de abril de 2026; b) junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 85 milhões, com prazo de 6 meses e vencimento em 24 de março de 2026; c) e junto ao Banco Daycoval, no valor de R\$ 22 milhões, com prazo de 6 meses e vencimento em 27 de fevereiro de 2026. Tais operações contam apenas com garantias previamente estabelecidas em contrato, não havendo exigência de cumprimento de indicadores financeiros específicos (covenants).

Em abril de 2025, a debênture emitida em dezembro de 2020 foi totalmente amortizada, sendo R\$ 23.157 amortização de principal e R\$ 1.046 amortização de juros.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos da Companhia é de R\$ 214.705.

Saldo em 31 de dezembro 2023	55.290
(+) Provisão de juros	6.914
(-) Pagamentos de principal	(27.169)
(-) Pagamentos de juros	(6.957)
(+) Amortização de custos de captação	1.529
Saldo em 31 de dezembro 2024	29.607
Circulantes	24.098
Não circulantes	5.509
(+) Provisão de juros	33.123
(-) Pagamentos de juros	(22.765)
(+) Captação de empréstimos	370.350
(+) Amortização de custos de captação	1.822
(-) Custo na captação de empréstimo	(1.277)
(-) Pagamentos de principal	(196.155)
Saldo em 31 de dezembro 2025	214.705
Circulantes	214.705
Não circulantes	-

Segue abaixo detalhamento das dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2025 pela Companhia:

Instituição	Valor contratado	Data de contratação	Custo da dívida (a.a.)	Forma de pagamento	Valor liberado	Período de pagamento	
						Início	Fim
Santander	100.000	abril de 2025	CDI + 4,25%	Única parcela em abril/2026	100.000	abril de 2025	abril de 2026
Bradesco	85.000	setembro de 2025	CDI + 1,20%	Única parcela em março/2026	85.000	setembro de 2025	março de 2026
Daycoval	21.500	agosto de 2025	CDI + 4,55%	Única parcela em fevereiro/2026	21.500	agosto de 2025	fevereiro de 2026

16.1 Garantias dos empréstimos

As garantias dos empréstimos são: garantia de fluxo de recebíveis e *cash colateral* no montante de R\$ 34.284.

17 Passivos de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir:

<i>Descrição</i>	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2023	2.176	13.389	15.565
Adições	17.157	7.506	24.663
Baixas	(1.712)	(2.463)	(4.175)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	2.670	2.142	4.812
Baixa por pagamento principal	(601)	(6.027)	(6.628)
Baixa por pagamento juros	(1.589)	(2.142)	(3.731)
Saldo em 31.12.2024	18.101	12.405	30.506
Adições	880	5.471	6.351
Baixas	(503)	(2.211)	(2.714)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	2.657	1.743	4.400
Baixa por pagamento principal	(614)	(6.408)	(7.022)
Baixa por pagamento juros	(2.657)	(1.743)	(4.400)
Saldo em 31.12.2025	17.864	9.257	27.121
Circulantes	1.282	6.941	8.223
Não circulantes	16.581	2.317	18.898

(a) As parcelas a pagar dos novos contratos estão a valor presente com a aplicação da taxa de desconto de CDI anual mais GIRO de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 6.675 (R\$ 5.370 em 31 de dezembro de 2024) referente a arrendamentos de espaços e equipamentos de tecnologia. Esses contratos foram classificados como arrendamentos operacionais, pois não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2).

A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

Maturidade dos contratos	-	-	
Vencimento das prestações	Valor nominal	Juros embutidos	Total
2026	11.645	(3.422)	8.223
2027	5.662	(2.541)	3.121
2028	4.489	(2.105)	2.384
2029	3.774	(1.803)	1.971
2030	3.774	(1.500)	2.274
2031	3.774	(1.149)	2.625
2032	3.774	(745)	3.029
2033	3.773	(279)	3.494
Saldo do passivo de arrendamento	40.665	(13.544)	27.121

18 Adiantamento de clientes

Descrição	2025	2024
Adiantamentos recebidos Mastercard (a)	19.009	22.467
Total	19.009	22.467
Circulante	3.458	3.458
Não circulante	15.551	19.009

- (a) A Companhia desenvolveu o projeto TOP em parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Pefisa”). A Parceria entre Autopass e Pefisa consiste na combinação de esforços para a divulgação e comercialização de produtos e serviços da Pefisa para a base de clientes da Autopass. Para isso foi emitido o cartão múltiplo chamado “TOP”. Esse cartão é dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização ininterrupta no sistema de bilhetagem gerido pela Autopass e de serviços financeiros e de pagamentos amparados pela Pefisa. Para esse cartão atender a oferta de serviços financeiros, fez-se necessário a utilização de uma Bandeira. Logo, a Autopass (sem Pefisa) fechou o contrato com a Mastercard para atender essa obrigatoriedade da operação. A Bandeira Mastercard fatura e remunera a Autopass sob o volume transacionado de compras e oferece outros incentivos em forma de consultorias por essa parceria. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu R\$ 31.600 de incentivos da Mastercard, dos quais estão reconhecidos, no resultado de 2025, o montante de R\$ 3.458 (R\$ 3.458 em 2024), na linha de receitas operacionais, de acordo com a vigência do contrato de 10 anos.

19 Outras contas a pagar

	2025	2024
Contas a Pagar Contrato Parceria Pefisa (a)	70.391	52.965
Outras Contas a Pagar	7	259
	70.398	53.224
Circulante	7	259
Não circulante	70.391	52.965

- (a) Decorrente do contrato de parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Pefisa”) para desenvolvimento do projeto TOP, onde a Pefisa efetua todos os investimentos para ofertar os produtos financeiros à carteira de clientes do transporte público. Conforme previsto em contrato, a Autopass não tem obrigatoriedade de fazer desembolsos financeiros, no entanto, é responsável por compensar os resultados negativos da parceria com os lucros futuros, aos quais tem direito a 51%. Em 31 de dezembro de 2025, a parceria apresentou prejuízo acumulado de R\$ 86.302 (R\$ 75.330 em 31 de dezembro de 2024), logo, a Companhia registrou a obrigação para compensação com lucros futuros de R\$ 70.391 (R\$ 52.965 em 2024), sendo R\$ 43.151 (R\$ 37.665 em 2024) correspondente a 50% do resultado negativo e R\$ 27.240 (R\$ 15.300 em 2024) de juros pelo financiamento da operação pela Pefisa.

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 74 (R\$ 50 em 2024). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A Companhia provisionou também, referente a possível risco fiscal relativo a ISS, o montante de R\$ 86 (R\$ 249 em 2024). A composição encontra-se detalhada abaixo:

	2024	Adições	Reversões	2025
Fiscal	249	-	(163)	86
Cível	50	24	-	74
	299	24	(163)	160

	2023	Adições	Reversões	2024
Fiscal	699	-	(450)	249
Cível	56	9	(15)	50
	755	9	(465)	299

Em 31 de dezembro de 2025, a Autopass tem contra si processos judiciais classificados por seus advogados com perda possível no montante total de R\$ 8.576, sendo R\$ 2.781 processos trabalhistas, R\$ 1.350 processos cíveis e R\$ 4.445 processos tributários.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 17 de dezembro de 2024 a Companhia recebeu R\$ 13.400 de adiantamento para futuro aumento de capital de sua acionista Mondopass para posterior capitalização através de criação de novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o capital social é R\$ 59.779, composto de 60.302.159 ações, sendo 60.278.804 são ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal e 23.355 ações preferenciais sem valor nominal (56.268.134 em 2022, sendo 56.244.779 ações ordinárias e 23.355 preferenciais), integralmente detidas pela Mondopass S.A.

b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado na rubrica de “reserva legal” o valor de R\$ 6.673 (R\$ 6.658 em 31 de dezembro de 2024).

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, o residual do lucro foi distribuído a título de dividendos R\$ 276 aos Administradores da Companhia. Adicionalmente, em abril de 2025 foi distribuído R\$ 416 de reserva de lucro para dividendos fixos dos Administradores da Companhia.

d. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de “reservas de lucros” R\$ 29.730 (R\$ 30.146 em 2024).

e. Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados, o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado. Os valores declarados em 2025 e 2024 é de R\$ 2.213.

f. Outras reservas - Registro da transação de créditos entre acionistas

Em 20 de dezembro de 2016, a Interpass Participações S.A. (controladora anterior da Companhia), celebrou acordo junto à Mondopass S.A. para a venda integral das participações societárias mantidas pela Companhia na Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. Como a Interpass Participações S.A. possuía saldo a pagar para a Companhia, alienou a participação societária para a Mondopass S.A. mediante a assunção da dívida por esta última. Em virtude desse registro de transação de crédito entre acionistas, o saldo a receber da Companhia junto à Mondopass S.A. foi reclassificado para a rubrica “Outras Reservas” no Patrimônio líquido (em virtude da intenção de incorporação ao capital social da Companhia), no montante de R\$ 24.366.

22 Instrumentos financeiros

Valor Justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	Nota	31/12/2025		31/12/2024		Mensuração o do valor justo	Classificação por categoria
		Valor contábil I	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.556	1.556	40.746	40.746	Nível II	Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras (equivalente de caixa)	5	32.698	32.698	6.484	6.484	Nível II	Valor justo por meio do resultado (i)
Caixa restrito		34.284	34.284	6.960	6.960	Nível II	Custo amortizado (i)
Contas a receber	6	55.785	55.785	38.549	38.549	Nível II	Custo amortizado (i)
Debêntures a Receber		27.360	27.360	-	-	Nível II	Custo amortizado (i)
Conta corrente com partes relacionadas	9	455	455	45	45		
Passivos financeiros							
Fornecedores	14	16.991	16.991	26.984	26.984	Nível II	Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	13	5.014	5.014	29.303	29.303	Nível II	Custo amortizado (i)
Outras contas a pagar	19	70.398	70.398	53.224	53.224	Nível II	Custo amortizado (i)
Passivo de Arrendamento	17	27.121	27.121	30.506	30.506	Nível II	Custo amortizado (i)
Empréstimos, financiamentos e debentures	16	214.705	215.020	29.607	33.323	Nível II	Valor justo por meio do resultado (i)

(i) Para esses instrumentos financeiros, a Companhia acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas correntes com partes relacionadas, assim como fornecedores, bilhetagem eletrônica, outras contas a pagar e passivo de arrendamento não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis);

a. Fatores de risco que podem afetar os negócios

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez (i)
- Risco de mercado (ii)
- Risco de crédito (iii)

(i) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. A Companhia monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025, conforme fluxo financeiro contratual.

Em 31 de dezembro de 2025	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	Total
Fornecedores	16.991	-	-	-	16.991
Empréstimos, financiamentos e debêntures	215.020	-	-	-	215.020
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	5.014	-	-	-	5.014
Outras contas a pagar	7	-	70.391	-	70.398
Passivo de Arrendamento	8.223	5.505	6.870	6.523	27.121

Em 31 de dezembro de 2024	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	Total
Fornecedores	26.984	-	-	-	26.984
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.500	2.771	2.737	-	31.008
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	29.303	-	-	-	29.303
Outras contas a pagar	259	-	52.965	-	53.224
Passivo de Arrendamento	6.979	7.253	5.378	10.896	30.506

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimo e financiamento e debêntures junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo das aplicações financeiras, inclusive as que constam classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 5), somados ao caixa restrito, são indexados pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros. Vale ressaltar que a Companhia não sofre impactos de variações cambiais, pois as suas operações e transações são todas realizadas na moeda local (real).

(iii) *Risco de crédito*

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, esses clientes também atuam como fornecedores e em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como a Companhia realiza de forma contínua análises de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros e a exposição máxima ao risco de crédito é conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	34.254	47.230
Caixa restrito	34.284	6.960
Contas a receber, líquidas	55.785	38.549
Debêntures a Receber	27.360	-
Conta corrente partes relacionadas	455	45

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

- Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

Análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos e debêntures – Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

		Projeção Receita Financeira - um ano				
		Risco de redução			Risco de aumento	
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		12,15%	6,08%	9,11%	15,19%	18,23%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI 32.698	3.973	1.986	2.980	4.966	5.959

		Projeção Receita Financeira - um ano				
		Risco de redução			Risco de aumento	
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		12,15%	6,08%	9,11%	15,19%	18,23%
Aplicações financeiras (Caixa Restrito)	CDI 34.284	4.166	2.083	3.124	5.207	6.248

		Projeção Receita Financeira - um ano				
		Risco de redução			Risco de aumento	
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		16,96%	10,63%	7,46%	20,13%	23,30%
Debêntures a Receber	CDI + 4,29 27.360	4.641	2.907	2.040	5.507	6.374

- Gestão de risco de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

23 Receitas

	Notas	2025	2024
Bilhetagem eletrônica	(a)	220.161	217.933
Taxa de credenciamento	(b)	56.022	53.135
Comissão sobre a venda de crédito Bilhete Único	(c)	16.294	15.183
Taxa de emissão 2ª via cartões e taxa de entrega	(d)	5.374	3.349
Licença de uso de software e locação de hardware	(e)	990	2.855
Outras receitas	(f)	4.078	3.622
		<u>302.919</u>	<u>296.077</u>
(-) Deduções da receita - tributos		(34.680)	(33.793)
Receita líquida		<u><u>268.239</u></u>	<u><u>262.284</u></u>

- (a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos.
- (b) Taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas;
- (c) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;
- (d) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos e tarifa na entrega domiciliar do cartão;
- (e) Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.
- (f) Receita de acordo com o contrato com a Mastercard.

24 Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	Notas	2025	2024
Despesas de serviços especializados (a)		(110.521)	(114.025)
Despesas administrativas (b)		(4.779)	(7.800)
Despesas com pessoal		(27.727)	(25.386)
Benefícios com funcionários		(12.590)	(9.230)
Despesas com publicidade e propaganda		(10.741)	(13.924)
Consultorias e auditoria		(12.857)	(4.375)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil		(8.329)	(8.741)
Depreciação e amortização (c)	3.1	(16.131)	(34.456)
Custos com expansão e operação (d)		(5.265)	(4.238)
		<u>(208.940)</u>	<u>(222.175)</u>
Custo dos serviços prestados		(140.315)	(161.685)
Gerais e administrativas		(57.884)	(46.566)
Vendas e marketing		(10.741)	(13.924)
		<u>(208.940)</u>	<u>(222.175)</u>

- (a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação.
- (b) Refere-se a despesas com itens administrativos, despesas condominiais, serviços de consultoria administrativa e financeiras.
- (c) Durante o exercício de 2023 a Companhia revisitou sua estratégia de negócio e decidiu substituir a tecnologia de validação de bilhetes eletrônicos atualmente utilizada para uma tecnologia própria. Com isso, a vida útil dos projetos QR Code e TOP foi estimada até agosto de 2024 reduzindo o prazo anteriormente previsto e aumentando a amortização do período.
- (d) Refere-se a custos com emissão e entrega de cartões, com transporte de valores e custos para manutenção e reparo nos Terminais de Atendimento.

25 Outras despesas e receitas

	2025	2024
Outras Despesas		
Obrigação com contrato Pefisa	(17.426)	(19.768)
Perda Transações Não Valoradas	(6.944)	-
Exploração de base de informações sistema BOM	-	(1.750)
Outras despesas	(622)	-
Total outras despesas	(24.992)	(21.518)
Outras Receitas		
Reembolso despesas ABASP (a)	327	-
Outras receitas	617	94
Total outras receitas	944	94

- (a) A Autopass é responsável pela operacionalização da bilhetagem decorrente do contrato estabelecido com a ABASP, logo isso impacta em custos da operação. No entanto, a pedido do cliente ABASP, alguns custos adicionais e ou extraordinários ao fluxo normal da operação foram incorridos, os quais foram ressarcidos pelo cliente.

26 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras		
Encargos bancários	(592)	(204)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(33.123)	(6.914)
Custos de captação de empréstimos e financiamentos	(1.822)	(1.529)
Despesa com juros de arrendamento	(4.400)	(4.812)
Outras despesas financeiras	(6.529)	(672)
Total das despesas financeiras	(46.466)	(14.131)
Receitas financeiras		
Juros Debêntures	8.678	-
Receitas de aplicações financeiras	4.881	3.468,00
Outras receitas financeiras	853	943,00
Total das receitas financeiras	14.412	4.411
Resultado financeiro, líquido	(32.054)	(9.720)

27 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

a. Apuração pelo lucro real

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.197	8.961
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(1.087)	(3.047)
Adições/(Exclusões) permanentes líquidas	(1.617)	(262)
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05 (a)	-	5.500
Outros	(202)	59
	(2.906)	2.250
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(2.906)	2.250
	(2.906)	2.250

- (a) A Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05, possibilita a utilização para fins de dedução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social todos os gastos, de projetos que atendam às premissas da Lei do Bem, registrados no intangível. No entanto, quando esses projetos entram em operação e passam a ser amortizados, faz se necessário neutralizar o efeito dessa amortização, pois já foi totalmente utilizada no primeiro momento pelo custo original.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo circulante

	2025	2024
Provisão para participação nos resultados	3.742	1.221
Provisões diversas	16.576	35.301
IFRS 16	4.704	3.500
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	(29.721)	(29.126)
	(4.699)	10.896
Imposto Diferido - 34%	(1.598)	3.705
Base Prejuízo Fiscal IRPJ	37.177	30.129
Base Prejuízo Fiscal CSLL	38.008	30.960
Imposto Diferido - 25%	9.294	7.532
Imposto Diferido - 9%	3.421	2.786
Total Diferido	11.117	14.023

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

28 Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

(i) Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou a liquidação integral do empréstimo contratado junto ao Banco Daycoval, no montante de R\$ 22.736, conforme condições originalmente pactuadas.

(ii) Adicionalmente, em 25 de março de 2026, houve a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 13.400, conforme deliberação societária ocorrida após o encerramento do exercício.

A Administração avaliou que tais eventos não requerem ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sendo, portanto, divulgados como eventos subsequentes não ajustáveis, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

* * *

Bruno Berezin
Diretor Presidente

Genilda Barbosa Sousa
Gerente Contábil e fiscal
CRC SP-279051/O-5